

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : Estatuto do Índio

DATA : 05 02 91

PG. : 13

H1R00414

Collor quer definir estatuto

O presidente Fernando Collor de Mello espera receber até o dia 6 de maio o anteprojeto que definirá o Estatuto do Índio. Durante a reunião setorial realizada ontem no Palácio do Planalto para discussão da problemática indígena, ele cobrou de seus assessores a aceleração dos estudos para elaboração do anteprojeto.

Na reunião setorial foram assinados cinco decretos e uma portaria conjunta dos ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Educação e Saúde, e das secretarias do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, com o objetivo de elaborar um projeto de recuperação ambiental da área indígena Ianomami.

Os cinco decretos presidenciais dispõem sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas; programas e projetos para assegurar a auto-sustentação dos povos indígenas; as condições para a prestação de assistência à saúde das nações indígenas; ações visando à proteção do meio ambiente em áreas

de reserva; e regula a educação dos índios no País.

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, entregou ao Presidente um projeto propondo a transferência da Coordenação da Educação Indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Educação. No projeto, Chiarelli argumenta que o MEC dispõe de maior infraestrutura e de corpo técnico para tornar mais ágil a administração do programa educacional para os indígenas.

De acordo com a proposta feita por Chiarelli, a mudança seria efetuada através de um decreto presidencial, passando para o MEC a responsabilidade de implantar um programa educacional levando em consideração o respeito à cultura e às tradições dos povos indígenas. De acordo como ministro, o ensino em aldeias seria bilíngue, em português e na língua original de cada grupo. Até o momento, o MEC tem apenas prestado assessoria aos programas educacionais da Funai.